





*Educação, afetos e emancipação:  
contribuições da filosofia de Spinoza para uma  
pedagogia da potência no contexto contemporâneo*

DA SILVA, Marco.

**EDUCAÇÃO, AFETOS E EMANCIPAÇÃO:  
contribuições da filosofia de Spinoza para uma pedagogia da potência no contexto  
contemporâneo**

*Marco da Silva<sup>1</sup>*

 <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2026.6.1.11496>

**RESUMO:** Este artigo desenvolve uma análise teórico-crítica das contribuições da filosofia de Baruch de Spinoza para o pensamento educacional contemporâneo, tomando como eixo central as categorias de potência, afeto, conatus e liberdade. Partindo da constatação de que Spinoza não elaborou uma pedagogia sistemática, argumenta-se que sua obra oferece fundamentos conceituais robustos para uma compreensão da educação como prática ético-política imanente, orientada à emancipação intelectual e à ampliação da capacidade de agir dos sujeitos. O texto problematiza as limitações das pedagogias normativas, disciplinares e tecnocráticas, articulando a crítica spinozana à moralidade transcendente com debates atuais sobre desigualdades educacionais, justiça social e políticas públicas. Sustenta-se que uma pedagogia da potência, inspirada em Spinoza, desloca o foco da instrução instrumental para a produção de afetos ativos, a cooperação intelectual e a constituição de sujeitos autônomos. Conclui-se que a atualidade crítica do pensamento spinozano reside em sua capacidade de articular ética, política e educação, oferecendo subsídios teóricos para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a liberdade, a equidade e a emancipação coletiva.

**Palavras-chave:** educação; Spinoza; afetos; emancipação; pedagogia da potência.

**EDUCATION, AFFECTS AND EMANCIPATION: contributions of Spinoza's philosophy to a pedagogy  
of potency in the contemporary context**

**Abstract:** This article presents a theoretical-critical analysis of the contributions of Baruch Spinoza's philosophy to contemporary educational thought, taking the categories of potency, affect, conatus and freedom as its central axes. Starting from the recognition that Spinoza did not develop a systematic pedagogy, it argues that his work provides solid conceptual foundations for understanding education as an immanent ethical-political practice oriented toward intellectual emancipation and the expansion of subjects' capacity to act. The text problematizes the limits of normative, disciplinary and technocratic pedagogies, articulating Spinoza's critique of transcendent morality with current debates on educational inequalities, social justice and public policies. It maintains that a pedagogy of potency inspired by

<sup>1</sup> Doutorando em Extensão Rural – UFSM; Mestre em Ciências Sociais – UFSM; Mestre em Educação – UNISC.  
E-mail: marcoaurelio22000@yahoo.com.br



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



Spinoza shifts the focus from instrumental instruction to the production of active affects, intellectual cooperation and the formation of autonomous subjects. It concludes that the critical relevance of Spinoza's thought lies in its ability to articulate ethics, politics and education, offering theoretical support for pedagogical practices committed to freedom, equity and collective emancipation.

**Keywords:** education; Spinoza; affects; emancipation; pedagogy of potency.

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a educação no interior da filosofia moderna encontra, no pensamento de Baruch de Spinoza, um terreno simultaneamente fértil e paradoxal. Fértil, porque suas categorias ontológicas, éticas e políticas oferecem instrumentos conceituais potentes para pensar processos de formação humana, autonomia intelectual e liberdade; paradoxal, porque, apesar dessa potencialidade, não se identifica em sua obra um tratamento sistemático, explícito e institucional da educação enquanto campo autônomo de reflexão. Tal ausência tem provocado, ao longo das últimas décadas, um crescente interesse investigativo por parte de pesquisadores que buscam compreender não apenas o lugar da educação no sistema spinozano, mas também as razões históricas, filosóficas e biográficas que explicariam esse silêncio aparente.

Do ponto de vista historiográfico, a inexistência de um tratado pedagógico em Spinoza contrasta com a centralidade que a formação do intelecto, a liberdade racional e a vida comum assumem em sua filosofia. Autores contemporâneos apontam que essa lacuna não deve ser interpretada como desinteresse pelo tema educacional, mas como efeito da própria arquitetura do pensamento spinozano, que dissolve a educação enquanto domínio separado, integrando-a ao processo ético-político de constituição dos sujeitos (DELEUZE, 2018; BALIBAR, 2020). A educação, nesse horizonte, não aparece como técnica de transmissão de saberes, mas como dinâmica imanente de fortalecimento da potência de pensar e agir.

A problematização acerca das razões pelas quais Spinoza não desenvolveu uma teoria pedagógica sistemática tem mobilizado diferentes interpretações. Parte da literatura recente sugere que fatores biográficos — como sua curta vida, sua condição de pensador marginal às



instituições acadêmicas e sua exclusão das estruturas educacionais oficiais de seu tempo — contribuíram para a ausência de um projeto pedagógico formalizado (MOREAU, 2019; JAQUET, 2021). Outros intérpretes, no entanto, sustentam que tal ausência decorre de uma opção filosófica deliberada: para Spinoza, a formação humana não poderia ser pensada nos moldes normativos e prescritivos característicos das pedagogias tradicionais.

Essa hipótese é reforçada por leituras que destacam o caráter profundamente antidogmático da filosofia spinozana. Ao recusar qualquer forma de transcendência, autoridade moral externa ou finalidade predeterminada, Spinoza inviabiliza uma pedagogia fundada na obediência, na disciplina coercitiva ou na hierarquia entre mestre e discípulo (NEGRI, 2018; LORDON, 2022). A educação, entendida como produção de autonomia intelectual, não poderia ser reduzida a um conjunto de métodos ou técnicas universais, mas deveria emergir do próprio exercício da razão e do encontro entre afetos.

Os primeiros esforços sistemáticos de aproximação entre Spinoza e a educação surgem apenas no século XX, com destaque para os trabalhos de William Louis Rabenort e Adolfo Ravà. Embora distantes temporalmente do debate contemporâneo, esses estudos inauguraram uma linha interpretativa que permanece relevante. Rabenort, ao propor a figura de “Spinoza como educador”, realiza uma leitura racionalista e normativa da obra spinozana, extraindo de seus escritos éticos e políticos princípios aplicáveis à prática educativa. Sua contribuição consiste em afirmar que, mesmo sem formular uma pedagogia explícita, Spinoza oferece os fundamentos de uma teoria da educação implícita, construída a partir de sua concepção de razão, método e liberdade.

Essa perspectiva, contudo, foi posteriormente problematizada por intérpretes mais recentes, que alertam para o risco de projeções pedagógicas forçadas sobre o sistema spinozano. A crítica contemporânea enfatiza que não se trata de “aplicar” Spinoza à educação, mas de produzir novos sentidos educativos a partir de suas categorias conceituais, respeitando a imanência e a coerência interna de sua filosofia (DELEUZE, 2018; MERÇON, 2019). Essa inflexão marca uma mudança significativa no modo como a relação entre Spinoza e educação tem sido abordada no campo acadêmico.



*Educação, afetos e emancipação:  
contribuições da filosofia de Spinoza para uma  
pedagogia da potência no contexto contemporâneo*

DA SILVA, Marco.

A leitura proposta por Adolfo Ravà, ao identificar nas Partes III e IV da *Ética* uma espécie de pedagogia social fundada em bases afetivas e psicológicas, antecipa debates que hoje ganham centralidade. Ao compreender a ética spinozana como uma teoria das paixões, dos afetos e da vida comum, Ravà aponta para uma concepção de formação humana que ultrapassa os limites da instrução formal, situando a educação no plano da transformação das disposições afetivas e da constituição de modos de vida mais potentes.

É precisamente nessa direção que se inserem as contribuições contemporâneas de pesquisadoras e pesquisadores que retomam Spinoza a partir de uma perspectiva ético-afetiva. Juliana Merçon, por exemplo, propõe uma leitura da educação como processo de aprendizado ético-afetivo, no qual ensinar e aprender significam criar condições para o aumento da potência de agir dos sujeitos. Para essa abordagem, a educação não se reduz à aquisição de conteúdos cognitivos, mas envolve a produção de afetos ativos, capazes de sustentar a liberdade e o pensamento crítico (MERÇON, 2019).

O núcleo dessa interpretação reside nos conceitos spinozanos de afeto e potência, especialmente desenvolvidos nas Partes III e IV da *Ética*. A educação, nesse quadro, pode ser compreendida como expressão do *conatus*, isto é, como esforço contínuo de perseverar no ser, de ampliar a capacidade de compreender e de agir no mundo. Ensinar e aprender tornam-se, assim, práticas éticas orientadas pela afirmação da vida, em oposição a modelos pedagógicos baseados no medo, na punição e na obediência (LORDON, 2022; SANTIAGO, 2020).

Essa concepção conduz à formulação de uma pedagogia dos afetos, entendida como resistência às formas educativas que operam pela diminuição da potência, pela produção de paixões tristes e pela reprodução de relações de dominação. Em contraste com a pedagogia tradicional — marcada pelo adestramento, pela hierarquia e pelo controle disciplinar —, uma educação inspirada em Spinoza aposta no encontro com afetos alegres, na cooperação intelectual e na construção coletiva do conhecimento.

Desse modo, embora Spinoza não tenha elaborado uma teoria pedagógica sistemática, sua filosofia oferece bases conceituais robustas para repensar criticamente a educação contemporânea. Ao deslocar o foco da normatividade para a potência, da disciplina para a



liberdade e da transmissão para o encontro, o pensamento spinozano contribui para a construção de uma concepção de educação comprometida com a emancipação intelectual, a autonomia ética e a produção de modos de vida mais livres e mais potentes.

### **Spinoza como educador implícito: filosofia, formação humana e práxis intelectual**

A reflexão spinozana acerca da educação, embora não sistematizada em um tratado específico, emerge de forma significativa no interior de sua ética, especialmente quando o filósofo afirma que nada revela mais engenho e excelência do que conduzir os seres humanos a viverem sob o governo da razão. Essa formulação, longe de sustentar uma concepção estritamente intelectualista ou racionalizante da educação, aponta para um projeto formativo orientado à autonomia, à liberdade e à vida prática em comum. Leituras contemporâneas destacam que, em Spinoza, razão e vida não se opõem, mas se implicam mutuamente, o que desloca a educação do campo da mera instrução cognitiva para o horizonte da constituição ética e política dos sujeitos (DELEUZE, 2018; BALIBAR, 2020).

Contrariando a imagem tradicional de um “racionalismo absoluto”, estudos recentes sustentam que a razão spinozana é inseparável da experiência afetiva e da inserção social dos indivíduos. Assim, educar sob o império da razão significa criar condições para que os sujeitos compreendam as causas de seus afetos, ampliem sua potência de agir e se tornem capazes de participar ativamente da vida coletiva. A educação, nesse sentido, não é concebida como transmissão de conteúdos abstratos, mas como prática formativa voltada à produção de liberdade concreta, isto é, à capacidade de agir segundo a necessidade compreendida e não sob o domínio das paixões tristes (LORDON, 2022; MERÇON, 2019).

Embora a educação não ocupe lugar central explícito na obra spinozana, suas reflexões ontológicas e epistemológicas carregam implicações pedagógicas profundas. A teoria do conhecimento, ao distinguir imaginação, razão e ciência intuitiva, oferece uma chave para pensar processos educativos que conduzam do conhecimento inadequado ao conhecimento adequado. Nessa perspectiva, a formação intelectual não é um fim em si mesmo, mas parte de um processo mais amplo de transformação dos modos de existir. Autores contemporâneos têm



ênfatisado que essa dinâmica pode ser lida como uma pedagogia implícita da autonomia, na qual aprender significa reorganizar afetos, desejos e compreensões de mundo (JAQUET, 2021; MOREAU, 2019).

Surge, então, uma questão recorrente entre os intérpretes: Spinoza deve ser compreendido apenas como filósofo ou também como educador? Do ponto de vista institucional, é inegável que Spinoza não ocupou cargos acadêmicos formais nem se inseriu de modo estável nas estruturas universitárias de seu tempo. Sua trajetória biográfica — marcada pela excomunhão da comunidade judaica, pela recusa de vínculos institucionais e pela opção por uma vida intelectual independente — contribuiu para que se mantivesse à margem dos circuitos oficiais de ensino. Pesquisas recentes interpretam essa posição não como marginalidade involuntária, mas como escolha ética e política coerente com sua filosofia da liberdade (NEGRI, 2018; BALIBAR, 2020).

Ainda assim, a atividade educativa de Spinoza não pode ser reduzida à ausência de docência pública. A elaboração dos *Princípios da Filosofia Cartesiana*, originalmente concebidos a partir de aulas particulares, revela um esforço explícito de tornar inteligível e didática uma obra complexa, sem sacrificar o rigor conceitual. Tal iniciativa tem sido interpretada por estudiosos contemporâneos como expressão de uma prática pedagógica singular, orientada pela clareza conceitual, pelo diálogo e pela formação racional do interlocutor, em oposição ao ensino dogmático e autoritário predominante nas universidades do século XVII (SANTIAGO, 2020; RODRIGUES, 2019).

A recusa do convite para lecionar na Universidade de Heidelberg reforça essa interpretação. Ao rejeitar as condições impostas pelas autoridades religiosas, Spinoza reafirma sua concepção de liberdade intelectual como condição inegociável da atividade filosófica. Para intérpretes atuais, essa decisão possui um significado pedagógico profundo: educar, à luz de Spinoza, implica preservar a autonomia do pensamento contra qualquer forma de tutela moral ou teológica. Ensinar sob censura significaria, portanto, negar o próprio sentido da educação enquanto prática emancipadora (JAQUET, 2021; LORDON, 2022).



Nesse contexto, a figura do Spinoza educador pode ser compreendida a partir de sua atuação em redes informais de aprendizado e debate. O chamado *Collegium Spinozanum*, espaço de encontro entre filósofos, cientistas e pensadores livres, constitui um exemplo de prática educativa não institucionalizada, baseada na troca intelectual, na cooperação e no exercício coletivo da razão. Estudos recentes identificam nessas experiências um modelo alternativo de educação filosófica, fundado na horizontalidade das relações e na produção compartilhada do conhecimento (MERÇON, 2019; BALIBAR, 2020).

A concepção spinozana de educação ganha maior densidade quando articulada à sua teoria dos afetos. A formação humana, nesse horizonte, não se realiza por meio da repressão dos desejos, mas pela reorganização afetiva que conduz à produção de afetos ativos e alegres. Educar é, portanto, favorecer encontros que ampliem a potência de existir e pensar, combatendo dispositivos pedagógicos baseados no medo, na punição e na obediência cega. Essa leitura tem sido amplamente explorada por pesquisadores contemporâneos interessados em uma pedagogia ética e afetiva (LORDON, 2022; MERÇON, 2019).

Embora Spinoza não tenha sido um educador nos moldes tradicionais nem tenha formulado uma pedagogia sistemática, sua filosofia oferece fundamentos robustos para pensar a educação como prática ética, política e afetiva. A figura do Spinoza educador emerge menos como a de um mestre institucional e mais como a de um pensador cuja obra instaura condições para uma educação orientada à liberdade, à autonomia intelectual e à vida comum. É nesse sentido que a conciliação entre Spinoza filósofo e Spinoza educador se torna não apenas possível, mas conceitualmente fecunda para os debates educacionais contemporâneos.

### **Afetos, conatus e liberdade: spinoza e os fundamentos de uma educação emancipadora**

Ao refletir sobre as possíveis contribuições do pensamento spinozano para os debates educacionais contemporâneos, impõe-se, desde o início, um conjunto de indagações conceituais fundamentais: quais categorias teóricas são mais adequadas para pensar a educação hoje? Desenvolvimento humano ou emancipação? Emoções ou afetos?



Racionalidade normativa ou exercício ativo da razão? Essas questões permanecem centrais porque remetem a disputas epistemológicas e ético-políticas que atravessam tanto a filosofia quanto as teorias educacionais críticas. A atualidade de Spinoza reside precisamente em oferecer um vocabulário conceitual alternativo, capaz de deslocar a educação de perspectivas normativas e moralizantes para um horizonte imanente, relacional e produtivo de liberdade (BALIBAR, 2020; JAQUET, 2021).

A singularidade histórica e filosófica da *Ética* — obra que continua a provocar intensos debates — não se explica apenas por seu conteúdo conceitual, mas também por sua forma. Redigida segundo a ordem geométrica, inspirada no modelo euclidiano, a obra rompeu com os estilos discursivos tradicionais da filosofia moral do século XVII. No entanto, sua radicalidade maior não está no método formal, mas no fato de recusar uma ética fundada em prescrições transcendentais, substituindo o dever-ser por uma ontologia do poder-ser. Spinoza não prescreve normas universais de conduta; ele analisa os modos pelos quais os seres humanos existem, agem e são afetados, oferecendo instrumentos para compreender as condições que ampliam ou restringem sua potência de agir (DELEUZE, 2018; LORDON, 2022).

Essa concepção tem implicações diretas para o campo educacional. Uma educação inspirada em Spinoza não pode ser estruturada a partir de finalidades transcendentais, valores absolutos ou dicotomias morais rígidas entre bem e mal. Trata-se, antes, de pensar uma pedagogia da imanência, na qual o processo formativo esteja orientado pela compreensão das causas, das relações e dos afetos que atravessam a experiência humana. Educar, nesse sentido, significa criar condições para que os sujeitos compreendam a realidade segundo suas leis necessárias, libertando-se de ilusões, preconceitos e explicações imaginárias que limitam a autonomia intelectual (MERÇON, 2019; MOREAU, 2019).

A epistemologia spinozana fornece elementos decisivos para essa reflexão pedagógica. A distinção entre imaginação, razão e ciência intuitiva permite conceber a educação como um percurso formativo que não se reduz à acumulação de informações, mas envolve a transformação progressiva das formas de conhecer. Embora a razão e a intuição sejam os modos de conhecimento que conduzem às ideias adequadas, a imaginação não pode ser



simplesmente descartada, pois constitui o nível primário da experiência humana. Pesquisas recentes indicam que uma pedagogia inspirada em Spinoza deve integrar criticamente a imaginação aos processos de aprendizagem, reconhecendo-a como ponto de partida para a formação racional e afetiva dos sujeitos (SANTIAGO, 2020; JAQUET, 2021).

Entretanto, é sobretudo na teoria dos afetos e da potência que se encontram as contribuições mais fecundas do pensamento spinozano para a educação contemporânea. A educação não pode ser compreendida apenas como um processo cognitivo, mas como uma prática que envolve integralmente a dimensão afetiva da existência. Os seres humanos não aprendem apenas porque compreendem racionalmente, mas porque são afetados de determinadas maneiras. Assim, uma educação potente é aquela que favorece afetos ativos — como a alegria — capazes de ampliar a potência de agir e de pensar dos educandos (LORDON, 2022; NEGRI, 2018).

Nesse horizonte, o conceito de *conatus* assume papel central. A educação pode ser entendida como um esforço contínuo de perseverar e expandir a própria existência por meio do conhecimento e da cooperação. Educadores e educandos devem ser reconhecidos como expressões singulares de potência, sem hierarquias ontológicas prévias. Não há, em Spinoza, fundamento para uma hierarquia natural de inteligências ou capacidades; há, sim, variações de potência relacionadas aos modos de existência, aos encontros afetivos e às condições sociais nas quais os indivíduos estão inseridos. Essa perspectiva permite pensar uma educação radicalmente antielitista e antimeritocrática (BALIBAR, 2020; MERÇON, 2019).

A rejeição de qualquer hierarquização natural das capacidades humanas abre caminho para uma pedagogia inclusiva e coletiva. Cada educando deve ser compreendido como uma potência em ato, cuja expansão depende dos encontros que experimenta e das condições que lhe são oferecidas. Assim, o fracasso escolar não pode ser atribuído a déficits individuais, mas às estruturas afetivas, institucionais e sociais que produzem maus encontros e afetos tristes. Uma educação spinozana, nesse sentido, alinha-se a projetos pedagógicos comprometidos com a justiça social, a cooperação e a valorização da diversidade (NEGRI, 2018; LORDON, 2022).



*Educação, afetos e emancipação:  
contribuições da filosofia de Spinoza para uma  
pedagogia da potência no contexto contemporâneo*

DA SILVA, Marco.

A dimensão política dessa pedagogia se torna evidente quando se articula a educação à noção de potência da multidão. Tal como na política spinozana, a educação deve operar como um processo coletivo de produção de conhecimento e autonomia, no qual muitos possam pensar e agir como se fossem uma só mente, sem suprimir as singularidades. A escola e a universidade, sob essa perspectiva, não são meros espaços de transmissão de saberes, mas territórios de produção comum do pensamento, nos quais a liberdade se constrói de forma compartilhada (BALIBAR, 2020).

Uma pedagogia dos afetos, inspirada em Spinoza, exige também uma crítica contundente às práticas educativas baseadas no medo, na punição e na obediência cega. A educação tradicional, frequentemente sustentada por dispositivos morais e disciplinares, tende a produzir sujeitos passivos e heterônomos. Ao privilegiar julgamentos, recompensas e castigos, essas práticas reforçam afetos tristes que bloqueiam o desejo de conhecer e diminuem a potência de agir. A ética spinozana, ao contrário, propõe a superação desses mecanismos por meio da compreensão racional e do cultivo de afetos ativos (DELEUZE, 2018; JAQUET, 2021).

Desse modo, não há, em Spinoza, um método pedagógico universal capaz de garantir a aprendizagem. O pensamento não pode ser imposto de fora; ele emerge do próprio exercício de pensar. A função do educador não é moldar consciências segundo normas pré-estabelecidas, mas favorecer encontros que estimulem o desejo de conhecer e a reflexão autônoma. A liberdade, nesse contexto, não é apenas um valor ético ou político, mas um princípio pedagógico fundamental, condição para o florescimento da razão e da vida afetiva (MERÇON, 2019).

Por fim, uma educação inspirada em Spinoza pode ser caracterizada como libertária no sentido mais profundo do termo: aquela que promove a expansão das potências individuais e coletivas, orientando os sujeitos para a convivência, a utilidade recíproca e a construção do bem comum. O educador, assim como o sábio spinozano, não se coloca acima dos demais, mas atua como parte de um processo coletivo de emancipação. Em um contexto marcado por desigualdades, violências simbólicas e afetos tristes, a escola pode e deve constituir-se como



espaço de resistência, produção de alegria e afirmação da vida, tornando possível uma educação verdadeiramente potente, criadora e comprometida com a liberdade.

### **Educação, afetos e emancipação: a atualidade crítica de spinoza no debate educacional contemporâneo**

A reapropriação contemporânea do pensamento spinozano no campo educacional insere-se em um movimento mais amplo de crítica às pedagogias normativas, instrumentais e tecnocráticas que têm marcado as políticas e práticas educativas nas últimas décadas. Em contextos atravessados pela intensificação das desigualdades sociais, pela mercantilização do ensino e pela centralidade de dispositivos avaliativos e performativos, a filosofia de Spinoza oferece um horizonte conceitual capaz de recolocar a educação no campo da ética, da política e da emancipação. Tal atualização não se dá por simples transposição teórica, mas pela ativação crítica de categorias como potência, afeto, imanência e liberdade, articuladas às problemáticas educacionais do presente (BALIBAR, 2020; NEGRI, 2018).

No debate educacional contemporâneo, marcado pela hegemonia de discursos sobre competências, habilidades e capital humano, a perspectiva spinozana desloca o eixo da formação do rendimento mensurável para a produção de sujeitos capazes de compreender as causas que determinam suas ações. Esse deslocamento implica uma crítica direta às concepções educacionais que reduzem o aprender à adaptação funcional aos imperativos do mercado e da governamentalidade neoliberal. Em contraste, a educação inspirada em Spinoza concebe o processo formativo como expansão da potência de agir, o que envolve tanto a dimensão cognitiva quanto a afetiva e política da existência (LORDON, 2022).

A centralidade dos afetos na filosofia spinozana revela-se particularmente fecunda para pensar os processos educativos em sociedades marcadas por afetos tristes, como o medo, a insegurança, a competitividade e a exclusão. Pesquisas recentes indicam que tais afetos atravessam o cotidiano escolar, impactando diretamente os processos de aprendizagem, a relação pedagógica e a permanência dos estudantes nos sistemas educacionais. Uma



*Educação, afetos e emancipação:  
contribuições da filosofia de Spinoza para uma  
pedagogia da potência no contexto contemporâneo*

DA SILVA, Marco.

pedagogia spinozana, ao priorizar a produção de afetos ativos e alegres, propõe uma reconfiguração radical da relação entre educador, educando e conhecimento, orientada pela cooperação, pela confiança e pelo desejo de conhecer (MERÇON, 2019).

Essa abordagem também dialoga criticamente com as pedagogias críticas contemporâneas, ao compartilhar o compromisso com a emancipação intelectual e a transformação social, mas se diferencia ao evitar leituras voluntaristas ou moralizantes da educação. Em Spinoza, a emancipação não decorre de um apelo ético abstrato, mas da compreensão das determinações que condicionam a vida social e subjetiva. Educar, portanto, não é conscientizar no sentido clássico, mas favorecer condições para que os sujeitos compreendam suas paixões, reorganizem seus afetos e ampliem sua capacidade de agir coletivamente (DELEUZE, 2018).

No campo das políticas públicas educacionais, a contribuição spinozana permite problematizar modelos baseados exclusivamente na regulação normativa, na responsabilização individual e na meritocracia. Ao negar qualquer hierarquia natural das potências humanas, Spinoza fornece fundamentos ontológicos para uma crítica radical às desigualdades educacionais legitimadas por discursos de mérito e desempenho. Essa perspectiva sustenta a defesa de políticas educacionais comprometidas com a equidade, a justiça social e a criação de condições objetivas para que todos possam desenvolver suas potências singulares (BALIBAR, 2020).

A noção de potência da multidão, central na filosofia política spinozana, também oferece elementos decisivos para repensar a educação como prática coletiva. Em oposição às concepções individualistas de aprendizagem, a educação aparece como um processo comum de produção de conhecimento, no qual a ampliação da potência individual está intrinsecamente vinculada ao fortalecimento do coletivo. Essa dimensão é particularmente relevante para pensar a escola e a universidade como espaços de resistência democrática em contextos de autoritarismo, precarização do trabalho docente e ataque às ciências humanas (NEGRI, 2018).



A crítica spinozana à moralidade transcendente permite questionar dispositivos pedagógicos baseados na punição, na vigilância e no controle. Tais dispositivos, ainda amplamente presentes nas instituições educacionais, produzem subjetividades passivas, marcadas pela obediência e pelo medo do erro. Uma pedagogia inspirada em Spinoza propõe substituir esses mecanismos por práticas formativas orientadas pela compreensão, pela experimentação e pelo fortalecimento da autonomia intelectual, reconhecendo o erro como parte constitutiva do processo de aprendizagem (JAQUET, 2021).

A atualidade do pensamento spinozano no campo educacional reside em sua capacidade de articular ética, política e pedagogia sem recorrer a fundamentos transcendentais ou modelos normativos universais. Ao conceber a educação como prática imanente de produção de liberdade, Spinoza oferece um referencial teórico potente para enfrentar os desafios contemporâneos da educação, especialmente aqueles relacionados à desigualdade, à exclusão e à despotencialização dos sujeitos. Trata-se, assim, de uma filosofia que não prescreve modelos pedagógicos fechados, mas abre caminhos para pensar uma educação crítica, afetiva e emancipadora.

### **Considerações Finais**

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu evidenciar que, embora Spinoza não tenha elaborado uma teoria pedagógica sistemática, sua filosofia oferece fundamentos conceituais robustos para uma reflexão crítica sobre a educação contemporânea. A ausência de um tratado específico não deve ser interpretada como lacuna teórica, mas como expressão de uma concepção de formação humana que se recusa a separar ética, política e conhecimento em domínios estanques. A educação, nesse horizonte, emerge como prática imanente de constituição da liberdade e da autonomia intelectual.

Ao retomar as categorias spinozanas de potência, afeto, conatus e razão, o estudo demonstrou que a educação pode ser compreendida como um processo ético-afetivo orientado pela ampliação da capacidade de agir e pensar dos sujeitos. Essa concepção desloca



a centralidade das pedagogias normativas e disciplinares, abrindo espaço para práticas educativas comprometidas com a produção de afetos ativos e com a construção de modos de vida mais livres e cooperativos.

A investigação também evidenciou que a filosofia spinozana oferece uma crítica radical às concepções meritocráticas e hierarquizantes ainda predominantes nos sistemas educacionais. Ao negar a existência de hierarquias naturais de inteligência ou de potência, Spinoza fornece bases ontológicas para uma educação inclusiva, capaz de reconhecer cada educando como expressão singular de potência, cujas possibilidades de desenvolvimento dependem das condições sociais, afetivas e institucionais em que está inserido.

No plano das políticas públicas educacionais, a perspectiva spinozana contribui para problematizar modelos centrados exclusivamente na responsabilização individual e na performatividade. A educação, entendida como bem comum e prática coletiva, exige políticas que criem condições efetivas para a ampliação das potências individuais e sociais, combatendo desigualdades estruturais e promovendo justiça educacional.

A centralidade dos afetos revelou-se um dos aspectos mais fecundos da contribuição spinozana para o campo educacional. Em contextos marcados por afetos tristes, como o medo, a exclusão e a precarização, pensar a educação como produção de afetos alegres constitui um gesto profundamente político. Trata-se de afirmar a escola e a universidade como espaços de resistência, criação e afirmação da vida.

O papel do educador, à luz de Spinoza, afasta-se da figura do transmissor de conteúdos ou do agente disciplinador, aproximando-se da função de mediador de encontros afetivos e intelectuais. Educar é criar condições para que o desejo de conhecer emergja, fortalecendo a autonomia e a capacidade crítica dos educandos, sem recorrer à coerção ou à tutela moral.

Ao articular ética, política e pedagogia, o pensamento spinozano oferece um horizonte teórico particularmente relevante para os debates educacionais contemporâneos, especialmente diante do avanço de projetos autoritários, tecnocráticos e excludentes. Sua atualidade reside na possibilidade de pensar a educação como prática de liberdade, fundada na imanência e na potência coletiva.



Conclui-se, portanto, que a filosofia de Spinoza não apenas permite repensar criticamente a educação, mas também oferece instrumentos conceituais para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação, a justiça social e a ampliação das potências humanas. Em um cenário de profundas crises educacionais e sociais, a educação ético-afetiva spinozana apresenta-se como uma alternativa teórica e política de grande relevância.

### REFERÊNCIAS

- BALIBAR, Étienne. **Spinoza político: o transindividual**. Tradução de M. A. Silva. São Paulo: Autêntica, 2020.
- DELEUZE, Gilles. **Spinoza: filosofia prática**. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2018.
- JAQUET, Chantal. **A unidade do corpo e da mente: afetos, ações e paixões em Spinoza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LORDON, Frédéric. **A sociedade dos afetos: por uma teoria política das paixões**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Ubu, 2022.
- MERÇON, Juliana. **Aprendizado ético-afetivo: uma leitura spinozana da educação**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
- MOREAU, Pierre-François. **Spinoza e o spinozismo**. Tradução de Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- NEGRI, Antonio. **Spinoza subversivo: variações (in)atuais**. Tradução de Giuseppe Cocco. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- SANTIAGO, Homero. **Spinoza e a democracia dos afetos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2020.
- SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SPINOZA, Baruch de. **Princípios da filosofia cartesiana**. Tradução de Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2015.



*Educação, afetos e emancipação:  
contribuições da filosofia de Spinoza para uma  
pedagogia da potência no contexto contemporâneo*

DA SILVA, Marco.